

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.639.897 - GO (2019/0373838-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**  
**PROCURADOR : DIVO AUGUSTO PEREIRA ALEXANDRE CAVADAS E OUTRO(S)**  
**AGRAVADO : WALTER DE MORAES NORONHA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE GOIÂNIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS RÉU REVEL CAUSA DE MITIGAÇÃO DA EFICÁCIA DA REVELIA PRESENTE CULPA DO RÉU NÃO COMPROVADA

1- O CASO EM DESTAQUE VERSA SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL OU SEJA SOBRE A REPARAÇÃO DO DANO INJUSTO RESULTANTE DA VIOLAÇÃO DO DEVER GERAL DE CUIDADO CAUSADO POR ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO EM SEMÁFORO DA CAPITAL

II- CEDIÇO É QUE A REVELIA POR SI SÓ NÃO IMPLICA NA VITÓRIA DO AUTOR ELA APENAS LEVA À PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS AFIRMADOS PELO AUTOR E MESMO ASSIM SE AUSENTE CAUSA DE MITIGAÇÃO À EFICÁCIA DA REVELIA

III- COMO NA HIPÓTESE PRESENTE O BOLETIM DE Ocorrência ANEXADO AO FEITO NÃO AUTORIZA A CONCLUSÃO DE QUE SERIA DO RÉU/RECORRIDO A RESPONSABILIDADE PELO SINISTRO QUE CAUSOU DANO AO BEM PÚBLICO APONTADO ALÉM DE TER SIDO CONFECCIONADO MEDIANTE AS DECLARAÇÕES PRESTADAS PELOS DOIS ENVOLVIDOS NOS FATOS HÁ DE SER MANTIDO O JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA COM FULCRO NO INC IV DO ART 345 DO CPC APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA MAS DESPROVIDA.

Alega violação do art. 373, II, do CPC; e do art. 186 do CC, no que concerne à necessidade de condenação da parte ré, ora recorrida, ao pagamento de indenização em razão da comprovação dos requisitos ensejadores da responsabilidade

civil, haja vista que a referida parte não apresentou defesa no momento oportuno, situação que fez incidir os efeitos da revelia, tornando verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ora recorrente, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Os fatos narrados foram devidamente comprovados nos autos, e além disso a parte adversa, regularmente citada, deixou transcorrer in albis o prazo para sua defesa, incidindo nos efeitos formais e materiais da revelia, com a confissão ficta dos fatos narrados na exordial da Edilidade.

Neste sentido, verifica-se que as alegações da parte adversa não merecem prosperar, restando devidamente provado nos autos o cumprimento de todos os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, a saber: conduta, nexo causal, resultado, dano e culpa lato sensu. A condenação da parte adversa em obrigação de pagar indenização, portanto, é medida que se impõe, devendo o v. acórdão ser reformado para dar provimento à apelação do Município de Goiânia/GO (fl. 245).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso presente, as circunstâncias trazidas a juízo não autorizam a ilação a que chegou o recorrente. De fato, a prova constante dos autos não permite a imputação de responsabilidade ao réu/apelado.

Do exame do boletim de ocorrência não se chega à conclusão de que o apelado seria o responsável pelo acidente automobilístico nele relatado, até mesmo porque, como ventilado pelo próprio apelante, esse documento fora confeccionado mediante as declarações prestadas pelos dois envolvidos nos fatos, sendo, portanto, parcial.

Ademais, a narrativa inserida no documento é deveras confusa, não autorizando nenhuma conclusão sobre quem teria dado causa ao abaloamento (fl. 236).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma,

# *Superior Tribunal de Justiça*

DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente